

Lição 7

Quais, na cidade ótima, devem ser tidos por parte da cidade.

“ **982.** Determinadas estas coisas, resta considerar se todas elas devem ser comuns a todos (pois pode acontecer que os mesmos sejam todos agricultores e artífices, e conselheiros e juízes); ou se, para cada uma das funções ditas, se devem supor outros. Ou se, por necessidade, algumas destas são próprias e outras comuns a eles.

983. Isto, porém, não é assim em toda forma de governo. Pois, como dissemos, pode acontecer que todos participem de tudo, e que nem todos participem de tudo, mas alguns de algumas coisas: pois estas mesmas coisas produzem formas de governo diversas. Nas democracias, com efeito, todos participam de tudo; nas oligarquias, porém, ao contrário.

984. Ora, sendo que estamos a considerar acerca da melhor forma de governo, e esta é aquela segundo a qual a cidade será máximamente feliz; e que a felicidade é impossível existir sem a virtude, foi dito antes: é manifesto que, na cidade que se governa da melhor forma e que tem homens justos absolutamente, e não por suposição, não se devem buscar como cidadãos nem os de vida artesanal nem os de vida mercantil. Pois tal vida é vil e contrária à virtude. Nem devem ser agricultores; pois é preciso o ócio tanto para a geração da virtude quanto para as ações políticas.

985. Ora, sendo que o elemento bélico, o deliberativo acerca do conveniente e o que julga acerca do justo existem na cidade, e parecem ser máximamente partes da cidade; pergunta-se se se deve atribuir também isto a pessoas distintas, ou dar ambos aos mesmos.

986. Também isto é manifesto: que de certo modo pertencem aos mesmos, e de certo modo a outros. Pois, enquanto cada uma das funções é de idade diversa, e uma necessita de prudência e a outra de potência, pertencem a diferentes pessoas. Mas enquanto é impossível que os que são potentes e podem agir violentamente e impedir suportem ser sempre súditos, quanto a isto pertencem aos mesmos. Pois os que são senhores das armas são também senhores de manter ou não manter a forma de governo. Resta, portanto, dar esta forma de governo a ambos os mesmos; não, porém, ao mesmo tempo; mas, assim como é natural que convenha, a potência está nos mais jovens, e a prudência nos mais velhos. Portanto, convém que assim se distribua a ambos, e

parece ser justo: pois esta divisão tem o que é segundo a dignidade.

987. *E, na verdade, também as posses devem estar em torno destes. Pois é necessário que haja abundância para os cidadãos, e estes é que são os cidadãos: pois o artesão não participa da cidade, nem nenhuma outra parte que não seja produtora de virtude. E isto é patente a partir da suposição: pois é necessário que ser feliz exista com a virtude, e não se deve dizer feliz a cidade olhando para alguma parte dela, mas para todos os cidadãos. E é manifesto também que as posses devem ser destes; visto que é necessário que os agricultores sejam servos, ou bárbaros, ou serviçais nativos.*

988. *E resta, dentre os enumerados, o gênero dos sacerdotes. E é manifesta também a ordem destes: pois não se deve constituir sacerdote nem o agricultor nem o artesão. Pois convém que os deuses sejam honrados pelos cidadãos. E, sendo que o corpo civil foi dividido em duas partes, isto é, no elemento das armas e no deliberativo; e convém prestar culto aos deuses e ter repouso em torno deles, àqueles que, por causa da idade, foram dispensados; a estes se deverá certamente atribuir os ministérios sagrados.*

989. *Foi dito, portanto, aquilo sem o que a cidade não subsiste e quantas são as partes da cidade. Pois os agricultores, os artífices e todo o elemento mercenário é necessário existir nas cidades; mas partes da cidade são o elemento das armas e o deliberativo: e cada um destes está separado, um sempre, o outro segundo uma parte.*

990. *E parece que não é agora nem recentemente que isto se tornou conhecido aos que filosofam acerca do governo, a saber, que a cidade deve estar dividida à parte segundo os gêneros, e que o elemento bélico é um, e outro o que cultiva a terra: pois no Egito é deste modo. E ainda agora, entre os cretenses. Quanto ao Egito, Sesóstris, como dizem, assim o estabeleceu por lei. Minos, porém, o que diz respeito a Creta. E parece haver também alguma instituição dos banquetes comuns. Os quais, entre os cretenses, foram feitos em torno do governo de Minos.*

991. *Mas as coisas relativas à Itália são muito mais antigas do que estas: pois as histórias dos que ali habitam dizem que certo Ítalo foi rei da Enótria, do qual, tomando o nome, os habitantes passaram a chamar-se ítalos em vez de enótrios, e esta costa da Europa recebeu o nome de Itália, toda aquela que existe entre o golfo Escilético e o Lamético. E estes distam um do outro por um caminho de meio dia. Dizem, pois, que este Ítalo tornou agricultores os enótrios, que eram pastores, e lhes impôs outras leis, e instituiu primeiro os banquetes comuns, pelo que ainda agora ali observam banquetes e certas leis ordenadas por ele. E na Tirrênia habitam os que antes eram chamados ópicos, e agora chamados pelo sobrenome de ausônios. E quanto à Iapígia e ao Jônio, chamava-se Sirte dos caones. E os caones eram também de gênero enótrio.*

992. *A instituição dos banquetes comuns, portanto, foi feita primeiro a partir daqui; mas a separação da multidão civil segundo o gênero, a partir do Egito: pois o governo de Sesóstris excede em muitos tempos o de Minos.*

993. *Deve-se, portanto, julgar que também as outras coisas, quase todas, foram muitas vezes descobertas no decurso de muito tempo, ou antes, infinitas vezes: pois é verossímil que a própria necessidade ensine as coisas necessárias; mas as que dizem respeito ao bom acabamento e ao ornato, existindo já aquelas, é razoável que recebam incremento. Por isso, também acerca das formas de governo, deve-se julgar que se dá do mesmo modo.*

994. *E de que todas estas coisas são antigas, é sinal o que se dá em torno do Egito; pois estes parecem ser antiquíssimos, e receberam por sorte leis e ordenamentos políticos. Por isso é preciso usar suficientemente do que foi dito, e tentar buscar o que foi omitido.*

995. *Portanto, que a região deve pertencer aos que possuem as armas e participam do governo, foi dito antes, e que os agricultores devem ser distintos deles, e quão grande e de que qualidade deve ser a região.*

Depois que o Filósofo mostrou o que é necessário para a subsistência da cidade, declara quais dentre estas coisas são partes dela e quais não; e por causa disto investiga quais destas se pode atribuir a um só e quais não, e de que modo. E acerca disto, primeiro faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz acerca da distribuição, porém etc., porque tinha dito que os agricultores não devem ser partes da cidade ótima, determina acerca da divisão da região e quais devem ser os agricultores. Acerca do primeiro ponto, primeiro faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz portanto etc., recapitula. Acerca do primeiro ponto, ainda faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz e parece etc., declara que aquilo não é novo, mas foi descoberto antes pelos antigos. Acerca do primeiro ponto, ao dar sua intenção, põe a dúvida: se todas as coisas preditas ou algumas podem convir ao mesmo. Em segundo lugar, resolve, quando diz mas não em toda. Primeiro, portanto, diz que, depois da declaração do que foi dito, resta considerar se todas as seis coisas preditas devem ser comuns a todos na cidade, de modo que o mesmo seja agricultor, artífice e soldado, e assim das outras. Pois isto é bem possível, a saber, que os mesmos sejam agricultores e conselheiros, e assim das outras. Ou se cada uma destas se deve atribuir a uma condição de homens, por exemplo, que alguns sejam agricultores, outros e diversos soldados, e assim das outras? Ou antes se algumas destas se devem atribuir aos mesmos e outras a pessoas totalmente diversas? Pois isto comporta dúvida, cuja determinação vale para declarar o que principalmente se pretende.

Em seguida, quando diz mas não em toda, resolve a dúvida; e primeiro põe a solução em geral. Em segundo lugar, quando diz ora, sendo que estamos etc., manifesta-a em particular. Primeiro, portanto, resolve-a em geral, dizendo que, numa cidade bem ordenada, não convém que todas as coisas preditas sejam comuns a todos, nem cada uma a cada um; mas que algumas delas devem ser próprias apenas de alguns e não de outros, e algumas necessariamente comuns a muitos. Mas isto não é verdadeiro em toda república, mas apenas na bem ordenada. Pois, como antes se dizia

no terceiro livro desta obra, pode acontecer que todas as coisas preditas sejam comuns a todos os que existem na cidade, e que nem todas sejam comuns a todos, mas algumas a alguns; e isto de modos diversos: e segundo isto diversificam-se as repúblicas no estado popular. Portanto, na república mal ordenada, é necessário que todas as coisas preditas sejam comuns a todos, porque nela domina toda a multidão. Mas no estado de poucos, ao contrário, algumas a alguns, como as armas, o sacerdócio, o conselho e o juízo talvez aos mesmos, como aos ricos, porque dominam, mas a agricultura a alguns outros, e o artesanato a outros totalmente diversos.

Em seguida, quando diz ora, sendo que estamos, manifesta a solução em particular. E primeiro faz isto. Em segundo lugar, quando diz aquilo sem o que etc., recolhe-a. Acerca do primeiro ponto, primeiro declara quais dentre as coisas ditas não podem ser atribuídas aos mesmos. Em segundo lugar, quando diz ora, sendo que o elemento bélico etc., declara quais se podem atribuir aos mesmos. Onde aparece o que são partes essenciais da cidade. Acerca do primeiro ponto, deve-se considerar que a noção de parte essencial se deve considerar a partir da noção do todo, e a noção do todo, naquelas coisas que se ordenam ao fim, se toma do fim. E por isso a noção das partes essenciais da cidade se deve buscar a partir da noção da república. E a noção da república, a partir da noção da felicidade, que é o seu fim. Ora, é impossível que a felicidade exista sem a virtude, que é o seu princípio. E por causa disto a noção das partes da cidade ótima determina-se pela virtude. Suposto isto, diz que, sendo que pretendemos fazer a consideração acerca da república ótima absolutamente, não por suposição, segundo a qual dizemos que as partes essenciais da cidade alcançam a felicidade absolutamente, que é o seu fim; e a felicidade não pode existir sem a virtude, como foi dito antes, pois é operação do homem segundo a virtude perfeita: é manifesto que os que levam vida de mercenários, ou também a forense ou mercantil, não se devem dizer cidadãos ou partes essenciais da cidade que se governa da melhor forma, que tem homens absolutamente bons, não por suposição. E a razão disto é que os cidadãos na cidade ótima devem operar em direção à felicidade e ter aquilo que é o seu princípio. Ora, isto é a virtude civil; logo os cidadãos em tal cidade devem ser virtuosos. Mas os que levam vida de mercenários ou forense não são virtuosos, e tais são estes. Pois a vida deles, sendo vil, não se dirige nem se ordena a ela; antes é a ela não conveniente, ou contrária; logo tais não são cidadãos nem parte da cidade ótima. Nem tampouco os agricultores ou os que cultivam a terra; pois aos cidadãos é necessário o ócio das operações necessárias e vis, e dedicar-se por vezes à contemplação e às operações liberais para a geração da virtude e para as ações comuns, pelas quais se determinam: mas tal ócio não pode haver nos agricultores, visto que estão dedicados à agricultura e aos trabalhos externos; logo não são cidadãos nem parte da cidade.

Em seguida, quando diz mas visto que, investiga quais das coisas mencionadas podem pertencer ao mesmo. E primeiro declara que o guerreiro e o deliberativo devem, de algum modo, ser atribuídos ao mesmo. Na segunda parte, quando diz resta porém etc., declara que essas mesmas coisas e o sacerdócio devem ser atribuídos ao mesmo de algum modo, e a outro de outro modo. Quanto ao primeiro, primeiro levanta a dúvida. Em segundo lugar, quando diz será certamente manifesto etc., resolve-a. Quanto ao primeiro, deve-se entender que alguém é bom deliberador pelo hábito da prudência, pelo qual, a partir do fim, raciocina bem e investiga acerca das coisas que são para o fim. Ora, assim como alguém se relaciona com a prudência perfeita, assim também com as demais virtudes morais, porque existem e não existem juntamente; e por isso o deliberativo é determinado pela virtude. É preciso também que o guerreiro tenha a virtude pela qual seja agressivo diante das coisas terríveis; e, por consequência, alguma prudência necessária a

isso e, de algum modo, as demais virtudes: por isso o Filósofo dizia antes, no segundo livro desta obra, que a vida militar tem muitas partes da virtude; e por isso o guerreiro e o deliberativo são absolutamente determinados pela virtude. E porque aqueles que são determinados pela virtude são partes da cidade ótima, por isso tais homens são partes dela por si; e por isso, suposto isso, diz que aqueles que são ordenados para a guerra na cidade ótima, e para deliberar acerca das coisas úteis, e para julgar com justiça entre os que disputam, são necessários nela. E sobretudo onde parecem ser partes dela pela razão mencionada, deve-se investigar, pondo em dúvida, se os mesmos devem ser ordenados para a guerra e para o conselho, ou uns para isto e outros diversos para aquilo.

Em seguida, quando diz será certamente manifesto, resolve; e primeiro manifesta que essas duas coisas de algum modo devem ser atribuídas ao mesmo, de algum modo a outro. Em segundo lugar, quando diz mas na verdade também as posses etc., mostra que a estes devem pertencer as posses. E nessa parte diz que ficará manifesto pelo que será dito que tanto o guerreiro quanto o deliberativo devem ser atribuídos ao mesmo de um modo, e a outro de outro modo. Pois diz-se, no presente caso, o mesmo e o diverso de dois modos. A saber, o mesmo segundo o suposto e segundo a forma, como Sócrates é o mesmo pelo suposto, mas ele e Platão são diversos. Sócrates e Platão, porém, sendo brancos, são o mesmo na forma. Ora, Sócrates branco antes e negro depois é outro em relação a si mesmo; como diz Porfírio, que Sócrates velho difere de si menino por uma diferença accidental. Portanto, entende que o guerreiro e o deliberativo devem ser atribuídos ao mesmo segundo o suposto, diferente porém segundo o antes e o depois, e segundo o mais forte e o menos forte, o mais avançado e o menos. Pois na medida em que é preciso atribuir o guerreiro a uma idade, por exemplo à juventude, e o deliberativo a outra, por exemplo à idade mais avançada, e na medida em que o deliberativo necessita da prudência, que vigora mais na idade avançada, e o guerreiro do vigor corporal, que está mais na juventude, é preciso atribuí-los a diferentes; o guerreiro aos jovens, o deliberativo aos avançados. Mas na medida em que é impossível que aqueles que podem exercer violência e depor os governantes sejam sempre feitos súditos, é preciso atribuir ambos ao mesmo. Ora, os homens guerreiros, que são senhores das armas, têm o poder de fazer permanecer ou não permanecer a república por causa da violência das armas; e por isso resta que ambas essas coisas devem ser dadas aos mesmos na república reta, mas não no mesmo tempo; mas dar a cada um aquilo no tempo em que está mais apto para aquilo. Ora, nos jovens vigora a força corporal mais do que a prudência ou a virtude, que é sobretudo necessária nas coisas guerreiras; e por isso o guerreiro deve ser atribuído a eles no tempo da juventude. A prudência e a virtude, porém, vigoram mais nos avançados, as quais são mais necessárias para o conselho e o juízo; e por isso o deliberativo e o judicativo devem ser atribuídos a eles quando estão em idade avançada. Assim, pois, é preciso que ambos sejam atribuídos aos mesmos, em idade porém diferente: e isto parece justo. Pois é justo que cada um tenha segundo a dignidade. E dividir assim parece ser segundo a dignidade. Pois é digno que cada coisa seja ordenada para aquilo para o qual é mais apta por natureza, e quanto mais é apta por natureza; pois assim faz a natureza. É justo, portanto, que estas coisas sejam distribuídas segundo o modo mencionado.

Em seguida, quando diz mas na verdade, declara que a estes devem pertencer as posses na mesma cidade, dizendo que, além disso, convém na cidade ótima que as posses estejam junto destes, de modo que eles próprios sejam seus senhores, ou principalmente, porque é necessário que os cidadãos nela sejam abastados. Com efeito, a cidade ótima ordena-se por si à autossuficiência segundo sua disposição. Ora, aqueles que foram chamados cidadãos o são

absolutamente. Mas os artesãos e quaisquer outros que não são produtores das operações da virtude não participam da cidadania por si. E tal declaração procede por suposição; pois ninguém pode ser feliz senão com a virtude, que é o princípio da felicidade. Ora, dizemos que a cidade ótima é feliz absolutamente, não quanto a alguma parte e quanto a outra não, mas quanto a todos os cidadãos, por assim dizer. Portanto, é preciso que todos os cidadãos sejam virtuosos; logo, os que não são virtuosos, enquanto tais, não são cidadãos. Se, pois, é preciso que os cidadãos sejam abastados, como se disse antes, e isto não pode ser senão que sejam senhores das posses, ou principalmente é necessário que sejam senhores da posse; e isto se supusermos que convém que, em tal cidade, os agricultores sejam servos, e estes ou bárbaros vindos de outra parte ou serviçais.

Em seguida, quando diz resta porém, declara que o sacerdócio deve, de algum modo, ser atribuído aos mesmos e, de algum modo, a diferentes dos mencionados; e a quem não deve ser atribuído, dizendo que, dentre as coisas que foram ditas necessárias à cidade, enumeradas antes, resta o gênero dos sacerdotes, cuja ordem em relação aos demais é bastante manifesta. Pois não convém, numa república bem ordenada, constituir sacerdote um artesão, ou agricultor, ou comerciante. Pois o sacerdote é ordenado a celebrar o culto divino e a render honra a Deus em favor dos súditos. Ora, é conveniente que o culto e a honra sejam rendidos a Deus pelos cidadãos mais principais. Pois todas as coisas mais excelentes devem ser oferecidas a Deus por causa de sua excelência, dele de quem procede todo bem e tudo o que existe. Se, portanto, os agricultores e os artesãos ou comerciantes não são cidadãos, como se provou antes, não convém que sejam cidadãos numa cidade bem ordenada. Mas, visto que os cidadãos se distinguem em dois grupos, como se disse antes, a saber, nos ordenados para as armas e nos conselheiros, os quais às vezes acontece serem afastados por causa da intolerância do trabalho e eméritos por causa do exercício passado nas coisas guerreiras e nos juízos, e é preciso que tenham repouso sobretudo nas coisas especulativas, uma vez que os movimentos das paixões sensíveis estão neles inteiramente aquietados, como na maioria dos casos; e visto que aqueles que se dedicam à honra e ao culto divino é preciso que tenham repouso e a vacância da contemplação, convém que sejam promovidos à honra do sacerdócio e sejam designados para esta santificação aqueles que foram afastados por causa dos trabalhos padecidos no passado e eméritos por causa dos honestos exercícios nas coisas guerreiras e nos conselhos. Deve-se entender que, assim como a natureza ordena aquilo que é mais perfeito, e no tempo em que é mais perfeito, para uma operação ou fim mais perfeito, assim também a razão ou a arte, que imita a natureza. Ora, os homens, depois do tempo da erudição e do exercício nas coisas disciplináveis, têm uma prudência mais imperfeita por causa do movimento mais forte das paixões neles. Mas têm maior vigor corporal e magnanimidade por causa da juventude: e isto convém mais às coisas guerreiras; e por isso o Filósofo ensina, razoavelmente, a ordenar tais homens, naquela idade, para as coisas guerreiras. Depois, porém, avançando a idade, reprimido o calor e de algum modo abrandados os movimentos das paixões, o vigor e a magnanimidade abrandam-se em algo: mas a razão e a prudência vigoram mais. Pois, sentando e repousando, a alma torna-se sábia e prudente. E isto convém à deliberação e aos juízos; e por isso, razoavelmente, tais homens devem ser ordenados para os conselhos e os juízos. Ademais, avançando ainda mais a idade, abrandado o calor por causa do tempo e quase mortificadas as paixões, por assim dizer, ou reguladas por causa do longo exercício, quase falta o vigor corporal e vigora ao máximo o intelecto. Ora, isso é sobretudo requerido nas coisas que se ordenam ao culto divino. Pois é preciso que estejam livres das ações exteriores e se dediquem sobretudo à especulação das coisas divinas; e por isso, em tal idade, convenientemente os cidadãos devem ser designados para o culto divino; de modo que primeiro se exercitem nas coisas guerreiras, depois

nas coisas de ação, e por fim terminem a vida na especulação das coisas divinas, na qual se põe o último fim do homem.

Em seguida, quando diz sem as quais, recolhe as coisas determinadas; dizendo que, assim, pois, ficou determinado quais são aquelas coisas que são necessárias para a subsistência da cidade, e quantas delas são partes dela. Pois os agricultores e os artesãos e os assalariados, que trocam suas obras por salário, são necessários na cidade, mas de modo algum são partes dela por si. Os guerreiros, porém, e os deliberativos e os sacerdotes são partes da cidade, e são distintos dos precedentes segundo todo o tempo, e uns dos outros segundo uma parte do tempo; de modo que o mesmo seja primeiro ordenado para a guerra, depois para o conselho e por fim para o sacerdócio.

Em seguida, quando diz mas parece, declara que essas coisas foram descobertas pelos antigos. E primeiro, narrando. Em segundo lugar, quando diz mas que todas etc., por um sinal. Quanto ao primeiro, primeiro declara que a distinção dos guerreiros e conselheiros dos demais, e a instituição dos banquetes cívicos, foram antigas. Em segundo lugar, quando diz quase, pois etc., conclui o mesmo acerca das outras coisas. Quanto ao primeiro, primeiro faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz dos banquetes, pois, declara qual destas coisas foi a primeira. Quanto ao primeiro, primeiro declara que a distinção das coisas mencionadas foi instituída desde a antiguidade. Em segundo lugar, quando diz mas as coisas que dizem respeito etc., a distinção dos banquetes. Quanto ao primeiro, diz que, para os que querem considerar filosoficamente acerca da república, aparece que não é agora pela primeira vez nem recentemente que se conhece que é preciso, na cidade, que o gênero dos guerreiros e conselheiros seja distinto dos agricultores e artesãos e comerciantes, enquanto tais. Pois no Egito, onde primeiro se permitiu dedicar-se ao estudo, conforme se diz no primeiro livro da Metafísica, primeiro observaram, estabelecendo leis. Depois, porém, posteriormente em Creta, que é uma ilha na Grécia. Pois dizem que Sesóstris, legislador dos egípcios, foi o primeiro a ordenar isto por lei, de quem há memória. Quanto a Creta, porém, Minos, seu legislador.

Em seguida, quando diz mas as coisas que, declara que a instituição dos banquetes foi ordenada pelos antigos; dizendo que a instituição dos banquetes cívicos, dos quais participam todos os cidadãos em festas ou tempos determinados, parece ter sido feita por muitos outros, a saber, pelos cretenses e pelos itálicos. Mas aquilo que foi ordenado em Creta foi ordenado sobretudo em torno do tempo do governo do rei Minos. Aquilo, porém, que foi feito na Itália foi muito mais antigo do que o mencionado. Pois os cosmógrafos daquela região dizem que houve um certo rei de nome Ítalo naquela que então se chamava Enótria, do qual, recebendo o nome, os que antes eram chamados enótrios foram chamados itálicos, e esta parte da Europa que está situada entre o golfo do mar Escilético — assim chamado por Cila, perigo do mar em que muitas vezes se arriscam os navios por causa da colisão contra os rochedos escarpados — e o golfo Lamético, que parece ser o que divide a mencionada Itália pela parte oposta, os quais parecem diferir pouco entre si quanto ao lugar em que se encontram, a saber, pelo meio do dia, dizem que tomou o nome de Itália do mesmo. Portanto, diz-se que este Ítalo reuniu os pastores daquela região, primeiro numa única ordem cívica, e constituiu alguns deles agricultores, outros porventura artesãos e outros guerreiros, e ordenou leis determinando a regra de viver para eles, e instituiu banquetes comuns a todos pela primeira vez. Por isso, ainda agora ali observam banquetes e certas leis ordenadas por ele, o que se deve entender para o tempo do Filósofo. Junto à Tirrênia, porém, que é outra parte da

Itália, habitavam antes os chamados ópicos e então os ausônios, para o seu tempo. Junto à lápigia, porém, e ao Jônio, que é outra parte da Itália antes chamada Sirtes, habitavam os chamados caônios, que outrora foram da estirpe dos enótrios, os quais se diz terem sido gregos. Por isso, também uma certa parte da Itália outrora se chamava Magna Grécia. Mas deve-se entender que, por causa da mudança dos habitantes da mencionada região, ou por causa da guerra, ou da ocupação, ou da epidemia, muitos dos mencionados nomes das partes da mencionada região foram mudados, ou até esquecidos, e outros impostos; e por isso não sabemos bem, comumente, quais partes daquela região certos dos mencionados nomes significam.

Em seguida, quando diz dos banquetes, pois, declara qual destas coisas foi primeiro descoberta; dizendo que a instituição dos banquetes comuns lê-se ter sido feita primeiro na Itália pelo mencionado Ítalo: a distinção, porém, da multidão cívica segundo o modo mencionado, no Egito. Pois a instituição que foi feita sob o governo de Minos em Creta foi feita muito posteriormente do que no Egito, a qual se diz ter feito o seu legislador Sesóstris.

Em seguida, quando diz quase, pois, conclui o mesmo acerca das outras coisas cívicas; dizendo que se deve crer que as coisas mencionadas e quase as outras coisas cívicas foram descobertas e observadas antes por muito tempo, ou melhor, infinitas vezes. Pois se supusermos que todas as coisas que aqui se fazem se reduzem necessariamente ao movimento e à figura celeste, e que o movimento do céu é eterno segundo a opinião do Filósofo, será preciso que estas coisas inferiores se repitam circularmente infinitas vezes, como parece segundo a ordenação. Dentre as coisas cívicas, algumas são necessárias para viver absolutamente, como a agricultura, e outras para viver bem. Portanto, aquelas que são necessárias, descobriram-nas primeiro, coagidos pela própria necessidade; mas aquelas que se ordenam para o bem viver foram descobertas existindo já as primeiras, e razoavelmente receberam incremento. Semelhantemente também acerca das repúblicas inteiras: pois aquela que é necessária para viver absolutamente crê-se, razoavelmente, ter sido descoberta primeiro; e aquela que se ordena para o bem viver, e é ótima, posteriormente, procedendo do imperfeito ao perfeito segundo o modo da natureza.

Em seguida, quando diz mas que, manifesta o que foi dito por um sinal; dizendo que o sinal de que todas as coisas cívicas são antigas, e descobertas antes, são aquelas que existiram no Egito, e que ainda são observadas: pois estes são os mais antigos a filosofar e a instituir as ordens cívicas, descobrindo e observando as leis e a ordem cívica, como também Platão diz no início do Timeu: e por isso aquilo que foi dito antes e por eles observado deve ser usado pelos que governam bem as cidades. Se, porém, algumas coisas foram omitidas por eles, ou também por nós, deve-se tentar descobri-las.

Em seguida, quando diz o que, na verdade, recapitula certas coisas determinadas; dizendo que, assim, pois, ficou determinado antes que a região e a posse devem pertencer principalmente aos guerreiros e aos demais que participam da república, por exemplo aos conselheiros e aos sacerdotes; e que não convém que os agricultores e os assalariados e os artesãos sejam cidadãos na cidade ótima. Antes, porém, foi dito quão grande, segundo a quantidade, e qual, segundo a disposição, deve ser a região ótima.